

O eixo temático Cidade-Urbano dos Encontros Nacionais de Geógrafos (ENGs) da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB): um balanço da produção 2008-2012

Renato Emerson dos Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Presidente da AGB no biênio 2012-2014

✉ renatoemerson@yahoo.com.br

Nélson Rego

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Presidente da AGB no biênio 2010-2012

✉ nelson.rego@ufrgs.br

RESUMO

O presente artigo analisa a produção científica enviada para o eixo temático Cidade-Urbano dos Encontros Nacionais de Geógrafos (ENGs) de 2008, 2010 e 2012, no âmbito da seção Espaços de Diálogos e Práticas, na qual são realizadas as comunicações livres de trabalhos. Esta análise se focou, sobretudo, nas agregações temáticas constituintes de subeixos, consideradas indicadores da presença de cada tema. Além da divisão entre o que é geografia urbana *strictu sensu* e outros campos da geografia humana enviados para este eixo (como geografia econômica, industrial, da população etc.), observa-se a emergência de temas ligados a lutas sociais e a novos projetos e arranjos territoriais. Também observa-se a emergência de campos recentes na geografia brasileira, como a geografia cultural, da saúde ou do turismo. No tocante à geografia urbana, destaca-se a predominância da perspectiva da produção social do espaço, com muitos estudos sobre a ação dos agentes (como o capital imobiliário etc.), processos e formas (segregação, gentrificação e centralização, entre outros). Nota-se também a força de estudos vinculados ao planejamento urbano, bem como instrumentos de análise e monitoramento (geotecnologias aplicadas ao urbano).

Palavras-chaves: geografia urbana, estudos urbanos, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Encontro Nacional de Geógrafos.

Terra Livre – ano 30, v. 2, n. 42 – 2014

Para citar este artigo: SANTOS, Renato Emerson dos; REGO, Nélson. O eixo temático Cidade-Urbano dos Encontros Nacionais de Geógrafos (ENGs) da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB): um balanço da produção 2008-2012. Terra Livre, ano 30, v. 2, n. 42, 2014.

The City-Urban thematic axis of National Geographers Meetings of Brazilian Geographers Association: an account of production 2008-2012

Abstract: *This article analyzes the scientific production submitted to the City-Urban thematic axis of the National Geographers Meetings (Brazil) from 2008, 2010 and 2012, within the scope of the Dialogue and Practices Spaces section, through which free communication of the work is conducted. The analysis focused chiefly on the thematic additions comprised of sub-axes, considered indicators of the presence of each theme. Besides the division between what is strictu sensu urban geography and other fields of human geography submitted to this axis (e.g. economic, industrial and populational geography etc.), we see the emergence of themes linked to social struggles, to new projects and territorial arrangements. Further, we find the emergence of recent fields in Brazilian geography, such as cultural, health or tourism geography. In terms of urban geography, there is a noted prominence in the perspective of the social production of space, with myriad studies on the action of agents (e.g. real estate capital etc.), processes and forms (segregation, gentrification, centralization, among others). We also note a force of studies linked to urban planning, as well as analysis and monitoring instruments (geotechnologies applied to urban fields).*

Keywords: *urban geography, urban studies, Brazilian Geographers Association, Brazilian National Geographers Meeting.*

El eje temático Ciudad-Urbano de los Encuentros Nacionales de Geógrafos de la Asociación de Geógrafos de Brasil (AGB): un balance de la producción 2008-2012

Resumen: *El presente artículo analiza la producción científica enviada al eje temático Ciudad-Urbano de los Encuentros Nacionales de Geógrafos (Brasil) de 2008, 2010 y 2012, en el ámbito de la sección Espacios de Diálogos y Prácticas, en la cual se realizan las comunicaciones libres de trabajos. El análisis enfocó, sobre todo, en las agregaciones temáticas constituyentes de subejes, consideradas indicadores de la presencia de cada tema. Además de la división entre lo que es geografía urbana strictu sensu y otros campos de la geografía humana enviados para este eje (p. ej., geografía económica, industrial, de la población etc.), se observa la emergencia de temas relacionados a las luchas sociales, a los nuevos proyectos y arreglos territoriales. También se observa la emergencia de campos recientes en la geografía brasileña, como la geografía cultural, de la salud o del turismo. En lo que se refiere a la geografía urbana, se destaca la predominancia de la perspectiva de la producción social del espacio, con muchos estudios sobre la acción de los agentes (como capital inmobiliario etc.), procesos y formas (segregación, gentrificación, centralización, entre otros). Se nota también la fuerza de estudios vinculados a la planificación urbana, así como instrumentos de análisis y monitoreo (geotecnologías aplicadas a lo urbano).*

Palabras clave: *geografía urbana, estudios urbanos, Asociación de Geógrafos de Brasil, Encuentro Nacional de Geógrafos de Brasil.*

Introdução

O eixo Cidade-Urbano é, entre os cinco que compõem as estruturas de agregação temática para o recebimento de trabalhos nos últimos eventos nacionais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), aquele que sempre recebe o maior número de propostas para apresentação. Desde que a AGB estabeleceu cinco eixos para ordenar os resumos de trabalhos recebidos para os eventos (Cidade-Urbano, Campo-Rural, Educação, Pensamento Geográfico e Natureza-Meio Ambiente), o referido tema recebeu 861 resumos, no ENG 2008 (São Paulo), 1103 resumos, no ENG 2010 (Porto Alegre), e 1093 resumos, no ENG 2012 (Belo Horizonte). Estes números fazem com que este eixo temático tenha, praticamente, o dobro (quando não mais) dos trabalhos dos eixos Natureza-Meio Ambiente, Campo-Rural e Educação, e o quádruplo das propostas enviadas para o eixo Pensamento Geográfico.

O eixo temático Cidade-Urbano se apresenta, portanto, como o maior recebedor de propostas de trabalho, atraindo uma diversidade de assuntos, de campos temáticos e mesmo de outros campos disciplinares que compõem a geografia. Com efeito, veremos que, conforme a divisão em cinco eixos, além das propostas de trabalho cujos temas acabam se constituindo em interfaces (como geotecnologias e impactos ambientais, entre outros que aparecem no Cidade-Urbano e também em Natureza-Meio Ambiente, Campo-Rural etc.), o eixo Cidade-Urbano atrai trabalhos de diversos outros campos disciplinares tradicionais da geografia, como população, indústria, geografia política e geopolítica, entre outros. Atrai também trabalhos sobre temas e campos emergentes, como geografia cultural, turismo, saúde etc. Praticamente, o eixo Cidade-Urbano reúne tudo aquilo que é geografia humana, mas que não é agrária.

Considerando tal diversidade temática dos trabalhos do eixo Cidade-Urbano, poderíamos supor que esta possibilitaria, então, uma análise que extrapolasse o campo da geografia urbana brasileira, abarcando também outros campos temáticos e disciplinares. Não há, nos limites deste artigo, a pretensão de esgotar tal possibilidade, pois é necessário ressaltar que, ao se anunciar como eixo direcionado à geografia urbana, o recebimento de trabalhos de outros campos temáticos se dá muito mais pela dificuldade de os autores encontrarem um eixo específico que imediatamente contemple os seus trabalhos. Ou seja,

enquanto há nitidamente uma chamada para trabalhos de geografia urbana, o mesmo não se aplica a outros campos temáticos e disciplinares, cujos autores definem o destino do envio por exclusão, por considerarem os outros quatro eixos mais distantes de seus temas.

Desta forma, um primeiro recorte a ser realizado, na análise deste eixo, é o que separa trabalhos diretamente vinculados à geografia urbana (tal qual ela está presente, com mais frequência, nos currículos acadêmicos e nos eventos setoriais do campo) daqueles de outros campos (como população, indústria, transportes, geografia regional etc.). Tal recorte, que, numa primeira idealização, se apresenta como relativamente seguro como hipótese e encaminhamento metodológico, também requer ressalvas: há temas e debates que, mesmo não se delimitando ao urbano (com abordagens regionais ou temas ligados a impactos de projetos de desenvolvimento ou mesmo de resistência a estes), dialogam diretamente com ele, mas não são necessariamente geografia urbana. Estabelece-se, neste sentido, um sombreamento entre o que é e o que não é geografia urbana. A própria mistura entre urbano e cidade, na chamada deste eixo, aumenta tais probabilidades, pois se o urbano é um recorte analítico que remete a formas específicas de relações sociais que projetam nexos e espacialidades (e são também constituídas a partir delas), cidade remete mais a um objeto que é também sede de outros objetos de análise.¹ Muitos temas relacionados a campos disciplinares outros (indústria, população/migrações e transporte, por exemplo) dialogam fortemente com Cidade-Urbano, mas, talvez, poderiam também ser propostas de trabalhos enviadas para outros eixos, caso eles fossem eleitos como tais, na convocatória dos eventos da AGB.

Diante de tais regulações, que dizem respeito às influências da forma como a AGB se organiza para receber as propostas de trabalho enviadas pelos membros da comunidade epistêmica da geografia brasileira para seus encontros, que tendências se nos apresentam na produção científica do eixo Cidade-Urbano, nos eventos desta entidade? Quais seus temas recorrentes? Podemos chamá-los de consolidados? Quais seus temas emergentes, e o que os vem impulsionando? Novas abordagens teóricas sobre fenômenos antigos, ou fenômenos e processos novos, recentes, na realidade brasileira? Quais os tipos de abordagens predominantes? Esperamos, mais do que responder a todas estas questões, fomentar o debate sobre elas e outras tantas que um balanço de produção possa

¹ Ver, sobre as tensões conceituais na diferenciação entre cidade e urbano, por exemplo, Lencioni (2008) e Rolnik (1998).

suscitar.

Alguns apontamentos metodológicos

A tarefa de realização de um balanço de produção envolve considerações sobre possibilidades de recortes como princípios classificatórios. Tomando os ENGs de 2008, 2010 e 2012 como referências para a nossa análise, estamos falando de um total de 3057 resumos enviados como propostas de trabalho para o eixo temático Cidade-Urbano.

O número de trabalhos publicados (em suas versões de texto completo), nos anais dos três eventos assinalados, é menor do que o número de resumos, pois é decisão da AGB publicar apenas os trabalhos efetivamente apresentados nos eventos. Considerando-se que nem todos os trabalhos apresentados são enviados na sua versão escrita completa, este número acaba sendo inferior também ao total de trabalhos apresentados. Diante disto, neste artigo, tomamos como universo de referência o conjunto de resumos, por se tratar de um conjunto maior, que se revela mais abrangente como matéria-prima para um panorama daquilo que se apresenta, para a AGB, como o conjunto da produção do campo.

Os resumos são a base a partir da qual são organizadas as apresentações nos eventos. A entidade os recebe e, por meio de uma comissão de seções locais, agrupa os resumos de cada eixo em subeixos. Cada subeixo compõe uma sala de apresentações de EDP (Espaço de Diálogos e Práticas). A dinâmica dos EDPs preconiza a permanência dos apresentadores na mesma sala, durante o tempo que durarem todas as apresentações do respectivo subeixo, e isto é justificado pela aglutinação dos trabalhos por afinidade temática. Assim, os apresentadores encontrarão, em sua sala, pesquisadores sobre temas afins, razão pela qual a entidade organizadora passou a valorizar mais os diálogos entre eles do que suas apresentações individuais (portanto, não há marcação prévia de horário para estas). Busca-se, para viabilizar tais diálogos, operar com uma quantidade que vai de 16 a 25 trabalhos por sala (há poucas exceções, para mais ou para menos).

A listagem de subeixos constituída pela AGB para organizar as apresentações em cada evento é, então, um bom indicador de temáticas e campos de discussão emergentes a partir desta produção enviada pelos proponentes de trabalhos. A definição de um número mínimo de trabalhos sobre um

determinado tema, para se criar um subeixo, é um balizador da presença de um tema ou campo de discussão, em cada encontro. Como a listagem de subeixos de um encontro é a base para a classificação dos resumos do encontro seguinte (e, de acordo com os resumos que forem enviados, novos subeixos serão criados, enquanto outros podem não ser repetidos), podem-se ler tais listagens quase como uma série histórica da presença ou ausência, emergência ou retração de temas e campos de discussão, em cada evento.

Tomaremos aqui, então, como principal núcleo de encaminhamento metodológico para uma leitura da produção científica do eixo temático Cidade-Urbano dos ENGs 2008, 2010 e 2012 da AGB, uma análise dos subeixos, que, acreditamos, podem ser compreendidos como bons indicadores dos campos e subcampos temáticos relevantes em cada evento. Como recurso adicional, realizamos também a leitura de grande parte dos resumos destes eventos e de um número menor de textos de trabalhos completos publicados em seus anais.

A listagem, em ordem alfabética, dos subeixos do Cidade-Urbano, em cada um dos três eventos analisados, é a seguinte:

ENG 2008:

Arranjos Produtivos Locais; Centralidades; Cidades Médias; Cidades Pequenas e Médias; Dinâmica Industrial; Dinâmica Urbana; Espaço e Lugar; Espaços Públicos e Privados na Cidade; Geografia Cultural; Geografia da Indústria; Geografia da Saúde; Geografia do Comércio; Geografia do Turismo no Interior; Geografia do Turismo Urbano e Litorâneo; Geografia Política; Geografia Urbana; Geografia Urbana e da Saúde; Mercado Imobiliário e Dinâmica Urbana; Metrôpoles; Mídia; Migrações e Dinâmica Populacional; Movimentos Sociais e Novas Territorialidades; Movimentos Sociais Urbanos; Paisagens Urbanas; Patrimônio Histórico; Planejamento Urbano; Políticas Públicas; Problemas Ambientais Urbanos (A); Problemas Ambientais Urbanos (B); Rede Urbana; Relação Cidade-Campo; Relações de Trabalho; Segregação Urbana; Segregação Urbana, Favelas e Loteamentos Populares; Territorialidades Urbanas; Transportes Urbanos; Transportes, Logística e Desenvolvimento Regional; Violência e Espaço Urbano.

ENG 2010:

Agentes Modeladores na Produção do Espaço Urbano; Ativismos e Movimentos Sociais na/da Cidade; Centralidades na Dinâmica do Espaço Urbano; Centralidades Urbanas de Atividades Terciárias: shopping centers e instituições de ensino superior; Cidades Médias:

novas centralidades regionais; Cidades Pequenas e Médias: papel na rede urbana; Configuração da Rede Urbana; Contradições do Espaço e Formação de Territorialidades; Cultura e Apropriação do Espaço; Democratização das Tecnologias de Informação e Representação Espacial; Dinâmica do Mercado Imobiliário (A); Dinâmica do Mercado Imobiliário (B); Empresariamento Urbano, Estratégias de Valorização e Apropriação; Espaço e Lugar; Espaços Públicos e Privados na Cidade; Gentrificação, Revitalização e Renovação de Espaços Públicos; Geografia da Saúde; Geografia e Manifestações Culturais – cinema, literatura e música; Geografia e Religião; Geografia Histórica; Geotecnologias e Planejamento; Gestão Urbana e Políticas Sociais; Grandes Projetos de Investimento: impactos e organização espacial; Impactos Ambientais no Meio Urbano; Industrialização e Espaço Geográfico (A); Industrialização e Espaço Geográfico (B); Impactos da Atividade Industrial no Espaço Geográfico; Integração Competitiva, Planejamento Regional e Valorização Seletiva do Território; Métodos Quantitativos, Geotecnologias e Análise Espacial; Migrações Internacionais; Migrações Internas; O Espaço Urbano e as Múltiplas Territorialidades; Percepção e Paisagem Urbana; Planejamento e Gestão do Urbano; Planejamento Urbano: planos diretores, estatutos da cidade, PAC; Política de Transportes, Logística e Território; Políticas Habitacionais; Produção do Espaço Urbano e Processos de Metropolização; Qualidade de Vida Ambiental no Meio Urbano; Questão Urbano-Territorial e Meio Ambiente; Reestruturação Industrial; Relações Cidade-Campo, Rural-Urbano; Relações de Trabalho; Reorganização do Espaço, Organização Financeira e a Questão Territorial; Segregação e Condomínios Fechados; Segregação e Favelas; Segregação e Periferização; Setor Terciário: formação e desenvolvimento; Sociedade Civil; Terciário, Circuitos Inferiores, Marginalização e Subemprego; Transporte e Estruturação do Espaço Urbano; Urbanização Fora das Metrôpoles; Uso do Solo Urbano e Problemas Ambientais; Violência e Espaço Urbano.

ENG 2012:

Agentes Modeladores; Ativismos e Movimentos Sociais; Centralidades; Centralidades Urbanas de Atividades Terciárias; Cidades Médias: novas centralidades regionais; Cidades Pequenas e Médias: papel na rede urbana; Configurações da Rede Urbana; Cultura e Apropriação do Espaço; Democratização das Tecnologias de Informação e Representação Espacial; Dinâmicas do Mercado Imobiliário; Espaço Urbano: reflexões teóricas; Espaços Públicos e Privados na Cidade; Gentrificação, Revitalização e Renovação de Espaços Públicos; Geografia Cultural; Geografia da Saúde; Geografia do Turismo; Geografia Histórica (A); Geografia Histórica (B); Geografia Política, Geopolítica e Dinâmica de Fronteira; Geotecnologias e Planejamento; Grandes Eventos Esportivos e Impactos na Cidade; Grandes Projetos de Investimento: impactos e organização espacial; Impactos Ambientais no Meio Urbano; Impactos das Atividades Industriais; Industrialização; Integração Competitiva, Planejamento Regional e Valorização Seletiva

do Território; Métodos Quantitativos, Geotecnologias e Análise Espacial; Migrações; Movimentos Pendulares e Mercado de Trabalho; O Espaço Urbano e as Múltiplas Territorialidades; Patrimônio Histórico; Percepção e Paisagem Urbana; Percepção e Paisagem Urbana II; Planejamento e Gestão do Urbano I; Planejamento e Gestão do Urbano II; Planejamento Urbano: planos diretores, estatutos da cidade, PAC; Política de Transportes, Logística e Território; Políticas Habitacionais; Produção do Espaço Urbano e Processos de Metropolização; Qualidade de Vida Ambiental no Meio Urbano; Qualidade de Vida Ambiental no Meio Urbano II; Raça, Etnia, Cultura e Espaço; Relações de Trabalho; Reorganização do Espaço, Organização Financeira e a Questão Territorial; Segregação e Condomínios Fechados; Segregação e Favelas; Segregação e Periferização; Setor Terciário: formação e desenvolvimento; Terciário, Circuitos Inferiores, Marginalização e Subemprego; Transporte e Estruturação do Espaço Urbano; Urbanização Fora das Metrôpoles; Violência e Espaço Urbano.

Tais listagens apresentam, como denominadores de subeixos, termos reconhecidos como campos temáticos (novos e consolidados), temas de conjuntura, objetos de investigação, enfim, uma pluralidade de nomeadores que emergem como agregadores temáticos de conjuntos de trabalhos. Tal pluralidade advém, em certa medida, daquilo que uma primeira leitura de resumos e/ou artigos já nos revela: uma grande quantidade de estudos de caso entre os trabalhos enviados e apresentados nos eventos.

Sendo as listagens dos subeixos o nosso ponto de partida para a problematização, uma primeira questão que se coloca é sobre a recorrência ou não de temáticas em diferentes eventos (lembrando que a análise, aqui, abrange eventos de 2008, 2010 e 2012, constituindo uma pequena série histórica). A comparação entre os subeixos destes três eventos nos possibilita inferir o quanto cada temática é permanente (aparece em todos os eventos), nova ou descontínua. Entretanto, tais considerações não podem ser tomadas em absoluto, pois, muitas vezes, trabalhos que estão num subeixo, em um evento, podem constituir um subeixo independente, em outro.

A predominância dos estudos de caso é um fator que contribui para tornar dinâmicos os conjuntos de temas abordados a cada evento, pois novas discussões são sempre emergentes em meio a temas, agendas e recortes consolidados no campo. A valorização da empiria, traço marcante na história da própria disciplina, torna a comunidade permeável à emergência teórica e política de novos temas. Assim, atualizam-se as leituras do território brasileiro, o que se

coaduna com as chamadas temáticas dos eventos da AGB também. Os subeixos nos evidenciam a aderência da comunidade geográfica a reflexões e problematizações dos debates políticos e das disputas territoriais atuais, bem como uma valorização da ação e das reivindicações de movimentos sociais. Trataremos novamente disto, mais adiante.

Nosso caminho será constituído por uma divisão em duas partes: primeiro, trataremos aquilo que poderíamos chamar de geografia urbana *strictu sensu*, tal qual ela vem sendo hegemonicamente constituída em seu conjunto de temas; em seguida, traremos os temas “fora da geografia urbana”, mas com a ressalva de que boa parte deles (inclusive, quando constituem campos consolidados na geografia brasileira), em grande medida, dialoga com o urbano². Acreditamos que tal divisão/classificação nos permita, na análise da produção científica do campo/eixo urbano³, construir um panorama dos temas, debater a proeminência de matrizes teóricas e observar a emergência de novos temas (De conjuntura? Novas agendas da geografia? Quais as suas relações com lutas sociais?).

A) A geografia urbana

1.1) Geografias do intraurbano

Reunindo o conjunto de subeixos que classificamos como sendo atinentes ao escopo da chamada geografia urbana, relativos a temas intraurbanos (ou da cidade *strictu sensu*), temos o seguinte quadro:

Subeixos e seu número de trabalhos do eixo Cidade-Urbano dos ENGs 2008, 2010 e 2012 relacionados às geografias do intraurbano

ENG 2008	ENG 2010	ENG 2012
Mercado Imobiliário e	Dinâmica do Mercado Imobiliário (19)	Dinâmicas do Mercado Imobiliário

² Inicialmente, pensamos em organizar os subeixos em três grandes blocos: (1) a geografia urbana, tal como ela está presente, com mais frequência, nos currículos acadêmicos, podendo este bloco ser subdividido em dois grandes sub-blocos (geografia do intraurbano, rede/hierarquia urbana e outros temas, como campo-cidade); (2) temas não delimitados à geografia urbana, mas que mantêm forte relação com ela; e (3) outros campos temáticos da geografia. Optamos por estruturar o panorama em dois blocos, agrupando os temas próximos da geografia urbana aos dela, pela fluidez e porosidade de tais fronteiras epistêmicas.

³ A partir da sua delimitação, mas considerando a complexidade, a arbitrariedade e os diálogos possíveis com outros campos, percebendo, então, os sobreamentos existentes com “tudo que é geografia humana não agrária” que conflui para este eixo.

Dinâmica Urbana (21)		(22)
Dinâmica Urbana (23)	Dinâmica do Mercado Imobiliário II (19)	
Segregação Urbana (25)	Segregação e Condomínios Fechados (21)	Segregação e Condomínios Fechados (20)
Segregação Urbana, Favelas e Loteamentos Populares (23)	Segregação e Favelas (20)	Segregação e Favelas (21)
	Segregação e Periferização (22)	Segregação e Periferização (26)
Geografia Urbana (24)	Agentes Modeladores na Produção do Espaço Urbano (21)	Agentes Modeladores (19)
	Empresariamento Urbano, Estratégias de Valorização e Apropriação (19)	Grandes Eventos Esportivos e Impactos na Cidade (25)
		Espaço Urbano: reflexões teóricas (20)
Centralidades (26)	Centralidades na Dinâmica do Espaço Urbano (21)	Centralidades (20)
	Centralidades Urbanas de Atividades Terciárias: shopping centers e instituições de ensino superior (21)	Centralidades Urbanas de Atividades Terciárias (22)
	Gentrificação, Revitalização e Renovação de Espaços Públicos (17)	Gentrificação, Revitalização e Renovação de Espaços Públicos (21)
Metrópoles (24)	Produção do Espaço Urbano e Processos de Metropolização (23)	Produção do Espaço Urbano e Processos de Metropolização (16)
Planejamento Urbano (24)	Gestão Urbana e Políticas Sociais (21)	Planejamento e Gestão do Urbano I (23)
Políticas Públicas (26)	Planejamento e Gestão do Urbano (19)	Planejamento e Gestão do Urbano II (22)
	Planejamento Urbano: planos diretores, estatutos da cidade, PAC (22)	Planejamento Urbano: planos diretores, estatutos da cidade, PAC (25)
	Políticas Habitacionais (24)	Políticas Habitacionais (23)
Problemas Ambientais Urbanos – A (25)	Impactos Ambientais no Meio Urbano (22)	Impactos Ambientais no Meio Urbano (22)
Problemas Ambientais Urbanos – B (25)	Qualidade de Vida Ambiental no Meio Urbano (23)	Qualidade de Vida Ambiental no Meio Urbano I (21)
	Questão Urbano-Territorial e Meio Ambiente (21)	Qualidade de Vida Ambiental no Meio Urbano II (21)
	Uso do Solo Urbano e Problemas Ambientais (20)	
Patrimônio Histórico (26)		Patrimônio Histórico (25)
Espaços Públicos e Privados na Cidade (25)	Espaços Públicos e Privados na Cidade (24)	Espaços Públicos e Privados na Cidade (21)
Territorialidades Urbanas (26)	Contradições do Espaço e Formação de Territorialidades (22)	O Espaço Urbano e as Múltiplas Territorialidades (22)
	O Espaço Urbano e as Múltiplas Territorialidades (24)	Raça, Etnia, Cultura e Espaço (14)
Violência e Espaço Urbano (23)	Violência e Espaço Urbano (22)	Violência e Espaço Urbano (25)

O quadro acima nos indica a continuidade, nos três eventos, de algumas temáticas que se apresentam como recorrentes. Tentaremos, aqui, fazer uma breve passagem pelos campos e seus subeixos constitutivos, elencando quais

são as temáticas mais presentes e que se constituem em preocupações consolidadas e emergentes na geografia urbana brasileira contemporânea, em cada um deles.

Os três primeiros eixos horizontais do quadro trazem as temáticas da dinâmica imobiliária, segregação e agentes modeladores do espaço urbano (este último não apareceu no ENG 2008). Juntos, nos indicam a forte presença (ou seria uma hegemonia?) da perspectiva da produção social do espaço urbano, a partir da relação entre agentes, processos sociais e formas espaciais. O próprio termo “produção social do espaço urbano” (completo ou em variações) aparece no título de um grande número de trabalhos, o que evidencia tal hegemonia de perspectiva teórica. Por outro lado, há que se registrar que a permanência da força dos estudos de caso faz com que esta geografia urbana influenciada pela economia política marxista se simbiotize às influências da geografia tradicional francesa, e um grande número de trabalhos se constitui em estudos sobre lugares, com uma abordagem voltada para “agentes produtores”,¹ mas privilegiando aqueles agentes reificados por tal abordagem, que confere relevo ao Estado e a setores do capital (industrial, imobiliário, financeiro etc.), secundarizando outras formas de constituição de protagonismos sociais.

As temáticas mais tratadas, nestes subeixos, são: 1) nos de segregação, aparecem abordagens sobre segregação em cidades pequenas e médias, e, nos ENG de 2010 e 2012, aparecem muitos trabalhos sobre as estratégias de valorização imobiliária do capital na construção da “auto-segregação” das classes médias e altas (condomínios fechados, sobretudo horizontais) e também sobre a “segregação imposta” (já que muitos trabalhos relacionam segregação a periferização e favelização, foram agregados trabalhos sobre periferias e favelas, objetos que crescem como preocupação da comunidade geográfica); 2) nos de dinâmica imobiliária, verticalização, loteamentos, estratégias de valorização imobiliária (como o uso de atrativos da natureza). A nova conjuntura das cidades brasileiras, impactada pelas políticas de habitação do Ministério das Cidades por meio de um novo ciclo de valorização, financeirização e especulação imobiliária e pela mercantilização e empresariamento urbanos (Vainer, 2001), a partir da promoção de eventos esportivos, começa a aparecer no ENG 2010, constituindo o subeixo Empresariamento Urbano, Estratégias de Valorização e Apropriação. No ENG 2012, com a proximidade da Copa do Mundo de 2014, aumentou o volume de trabalhos sobre este projeto de cidade que toma os eventos como mote para

transformações espaciais por coalizões de capital e pelo Estado, constituindo o subeixo Grandes Eventos Esportivos e Impactos na Cidade. Note-se que mais da metade dos trabalhos deste subeixo foram sobre a Cidade do Rio de Janeiro, caso emblemático deste modelo de projeto, no Brasil.

A dinamização do mercado imobiliário, em determinadas porções das cidades, por meio de atividades econômicas ou outros atrativos locais, também aparece num conjunto de subeixos em torno do tema “centralidades”. Denominados Centralidades, Centralidades na Dinâmica do Espaço Urbano, Centralidades Urbanas de Atividades Terciárias ou Centralidades Urbanas de Atividades Terciárias: shopping centers e instituições de ensino superior, estes subeixos reúnem trabalhos que abordam áreas centrais, processos de constituição de subcentros e centralidades de atividades terciárias. Os processos recentes de reestruturação do espaço urbano, vinculados à reestruturação produtiva, à descentralização comercial, às novas formas de relação entre vendedores e compradores (de produtos e serviços) com o comércio eletrônico e o telemarketing e à constituição de centros e eixos comerciais, além da influência espacial de instituições de saúde e de ensino superior, se somam a trabalhos que abordam o papel dinamizador do mercado imobiliário exercido por empreendimentos e equipamentos culturais.

Ainda neste campo das transformações no espaço urbano, o subeixo Gentrificação, Revitalização e Renovação de Espaços Públicos, resultante do crescimento do número de trabalhos sobre tais temáticas, nos ENGS 2010 e 2012 (elas já apareciam, em menor número e pulverizadas, em outros subeixos, no ENG 2008), traz predominantemente problematizações críticas sobre requalificações urbanas em áreas que outrora compunham o que Corrêa (1989) denominava “zona periférica do centro”. Esta parte da área central, caracterizada, na grande cidade industrial, por um uso menos intensivo do solo do que o *central business district* (Correa, idem), menor verticalização e áreas residenciais de baixo status social, vem se confirmando como importante foco de políticas de renovação urbana por meio da ação do Estado e de setores do capital imobiliário. Neste sentido é que vão aparecer, entre os temas desses trabalhos, renovações de zonas portuárias, empreendimentos residenciais (com suas fortes consequências sociais, como a expulsão, periferização e precarização das condições de vida de população de baixa renda), concentrações espaciais de equipamentos de lazer destinados a públicos com maior capacidade econômica e patrimônio

arquitetônico de centros históricos, entre outros.

As análises sobre geografia intraurbana são complementadas por leituras que tomam como foco a metrópole, em suas múltiplas dimensões: processos de formação, conurbação, espaços periféricos de áreas metropolitanas, expansão e franjas metropolitanas, além das questões relativas ao planejamento (desde a criação, oficialização e delimitação de regiões metropolitanas até questões de infraestrutura). As leituras abarcam um amplo conjunto de metrópoles em todas as regiões do país, e, além de estudos focados em casos empíricos, também aparece uma preocupação com o debate teórico sobre a definição de metrópole e suas múltiplas dimensões.

Tal conjunto de temas nos mostra uma produção de geografia urbana atenta às transformações que vêm sendo desenhadas nos espaços urbanos, tanto em termos de sua estrutura (refuncionalização de novas áreas, novas centralidades, perda de centralidades, periferação etc.) quanto da ação dos agentes envolvidos na dinâmica urbana (capital imobiliário, Estado, setores populares, entre outros).

Em seguida, o quadro nos traz um conjunto crescente de trabalhos sobre planejamento urbano e políticas públicas para a cidade – o que indica forte presença de uma “geografia urbana aplicada” (Costa, 2011), que chegou a somar, no ENG 2010, 86 resumos de trabalhos enviados. Os instrumentos de planejamento urbano (planos diretores, zoneamento urbano, estatutos da cidade, planos estratégicos etc.), de planejamento econômico (orçamento participativo), de planejamento e construção de infraestrutura (como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)) vêm sendo problematizados, juntamente com leituras espaciais do ordenamento e da gestão do espaço urbano (perspectiva que cresceu, nos últimos ENGs). Também aparecem, em significativa proporção, os debates teóricos sobre planejamento numa perspectiva espacial/geográfica. O debate sobre participação em políticas urbanas vem aparecendo, de maneira crescente, nos três encontros – o que evidencia um alinhamento ao questionamento do alcance social da democracia representativa, de seus instrumentos e da delegação de poderes a representantes eleitos –, tendência acompanhada de uma atenção, nesses trabalhos, à noção de horizontalidade e também da valorização de sujeitos coletivos, nessas políticas de participação. Outro ponto que merece destaque é a preocupação crescente com as políticas habitacionais, principalmente em relação às diversas formas de produção de moradia popular e habitação de interesse

social, em que se somam trabalhos sobre novas iniciativas (como o programa Minha Casa, Minha Vida) e iniciativas existentes há bastante tempo (como a autoconstrução e o mutirão, por exemplo). Tais preocupações sobre políticas de habitação para os grupos socialmente desfavorecidos vêm emergindo junto com temas ligados a políticas sociais, que abrangem tanto políticas de saneamento e educação quanto de transferência de renda e saúde, entre outras.

Observa-se, no quadro, uma forte presença de trabalhos relacionados à questão ambiental no espaço urbano. Foram dois subeixos, no ENG 2008, quatro, em 2010, e três, em 2012. Esta presença deve ser problematizada, pois há, na chamada de trabalhos para o encontro, o eixo específico Natureza-Meio Ambiente, para onde poderia se supor que tais trabalhos fossem enviados. A presença destes trabalhos no eixo Cidade-Urbano demonstra, então, que os autores pretendem dialogar com a geografia urbana, e não com natureza ou meio ambiente. Parece que, em vez de “natureza”, o que predomina, nestes casos, é uma perspectiva teórica calcada no conceito de “meio ambiente” urbano – daí, os autores enviarem seus trabalhos para serem apresentados num eixo que integra o que chamamos de geografia humana, em vez daquele voltado para a geografia física. Neste sentido, nos parece que estes autores buscam mais do que uma geografia física aplicada, eles buscam uma abordagem humana da geografia física (dinâmicas ambientais no e do espaço urbano, influenciadas pela sua produção social ou interferindo nela). Vale apontar que tais perspectivas também aparecem em trabalhos enviados para o eixo Natureza-Meio Ambiente,⁴ ou seja, com certeza, tais autores teriam diálogos também neste eixo, mas enviaram seus trabalhos para o eixo Cidade-Urbano. São mais recorrentes temas ligados a (1) condições ambientais em meio urbano, como conforto e vulnerabilidade ambiental (em alguns trabalhos, chamadas de socioecológicas ou socioambientais), condições climáticas em áreas urbanas e ocupações em áreas de risco; (2) impactos ambientais em áreas urbanas, como enchentes, grandes eventos de natureza erosiva (deslizamentos, voçorocamentos etc.), poluição (de corpos hídricos, do ar e sonora) e (3) gestão pública de dinâmicas urbano-ambientais, como resíduos e lixo, arborização urbana, saneamento e escoamento, além de problematizações sobre o próprio planejamento ambiental (diagnósticos, planos).

Um conjunto de trabalhos e subeixos nos apresenta uma presença

⁴ Ver, nesta mesma edição da revista Terra Livre, o artigo de Dirce Suertegaray e Edvaldo Cesar Moretti.

crescente de abordagens do urbano sob perspectivas influenciadas (algumas diretamente, outras de maneira menos direta) pela chamada geografia cultural. Evidencia-se também a própria pluralização que este campo vem tendo, na geografia brasileira, com abordagens dialogando tanto com a fenomenologia e a nova geografia cultural (tal qual definida por Paul Claval⁵, geógrafo francês bastante influente no Brasil, nos últimos anos) quanto outras dialogando com os “estudos culturais” (com nucleação mais forte na Inglaterra e no mundo anglófono⁶, como os “estudos subalternos”), aparecendo também estudos sobre espacialidades e geo-grafias da diferença (racial, de gênero, de sexualidades, de origem geográfica⁷, entre outras). Estas últimas, ao buscarem a politização de temas negligenciados pelas abordagens do urbano influenciadas pela economia política de inspiração marxista (mencionada acima), podemos inferir, procuram produzir uma geografia que desafia a separação entre a geografia cultural e a geografia crítica, divisão que tem muita força no cenário epistêmico da geografia brasileira. Subeixos como Territorialidades Urbanas, Contradições do Espaço e Territorialidades, O Espaço Urbano e as Múltiplas Territorialidades, Raça, Etnia, Cultura e Espaço, bem como Gentrificação, Revitalização e Renovação de Espaços Públicos e Espaços Públicos e Privados na Cidade, vêm abrigando leituras críticas de espacializações de relações sociais no cotidiano da produção do espaço urbano, se distanciando da pouca criticidade presente em parte dos estudos da geografia cultural, mas também se afastando do economicismo presente em boa parte da geografia crítica. Nestes subeixos, portanto, convivem temas como cidadania e direito à cidade em espaços públicos, apropriações de espaços e constituição de territorialidades por grupos identitários, entre outros. O subeixo Raça, Etnia, Cultura e Espaço, criado no ENG 2012, teve antecedentes em 2008 e 2010, quando trabalhos sobre quilombos e quilombolas foram repassados para o eixo Campo-Rural (em que havia número superior sobre os mesmos temas), mas, em 2012, houve um número suficiente de trabalhos sobre temáticas ligadas às espacialidades das relações raciais no urbano⁸, com temas como religiões de matriz afro-brasileira, hip-hop e corporeidade, entre outros.

Merece destaque a crescente produção sobre espaços públicos (praças,

⁵ Ver Claval (2001).

⁶ Sobre os estudos culturais, ver Mattelart e Neveu (2004).

⁷ A questão do preconceito construído a partir da origem geográfica, ou seja, sobre migrantes e imigrantes, é bem desenvolvida em Albuquerque Jr. (2007).

⁸ Ver, a respeito, a coletânea organizada por Santos (2011).

espaços de lazer, comércio, feiras) problematizando a espacialização das desigualdades sociais na esfera do consumo, identificando disputas e territorializações de grupos sociais, além da influência de setores do capital. Nota-se um diálogo com a economia política urbana e com a sociologia urbana crítica, sobretudo no tocante à compreensão de espaços públicos e de lazer como bens de consumo coletivos (Lojkine, 1981) e à expressão da tensão entre capital e trabalho nos espaços de reprodução da força de trabalho (e não apenas no lócus da produção), mas esta influência aparece, mais uma vez, mesclada a outras perspectivas que trazem conflitos de ordem cultural, religiosa, de raça e de sexualidades (e do comércio do sexo), entre outros. Alguns destes trabalhos refletem sobre o espaço universitário (sobre como há apropriações e controles espaciais em campus de universidades).

Por fim, temos a constância do eixo Violência e Espaço Urbano, que reflete a presença, no debate público, sobre as questões da criminalidade e da segurança no espaço urbano. Temas como redes ilegais, violências criminal e policial, influência da percepção da violência na constituição de um “medo urbano”, territórios de grupos associados a práticas de violência (traficantes, milícias, grupos de jovens etc.), políticas públicas e seus aparatos construídos (de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) a presídios), entre outros, são tratados predominantemente a partir de leituras que ressaltam impactos sociais espacializados, buscando constituir não apenas uma geografia da violência (e seu combate) no espaço urbano, mas leituras da geografia do espaço urbano a partir das dinâmicas da violência, criminalidade e combate a elas.

Temos, então, um conjunto de geo-grafias do espaço intraurbano, um leque de abordagens que, apesar da predominância de leituras baseadas ainda hegemonicamente numa “economia política urbana”, cada vez mais, vêm sendo pluralizadas. Abordagens como a cultural (e outra, poderíamos dizer, “cultural crítica”) têm ganhado terreno, informando novas leituras do urbano e da cidade, o que traz a valorização analítica da compreensão espacial de relações sociais submergidas em leituras da geografia crítica.

1.2. Outros temas de geografia urbana: rede urbana, hierarquias, cidade e região, relação cidade-campo

Outra leitura tradicional da chamada “geografia urbana” é aquela que compreende as relações que uma cidade estabelece com outros recortes e entes espaciais. Cidade e região, cidade-campo (ou, dependendo da perspectiva,

campo-cidade) e rede urbana (e sistemas de cidades) são temáticas que, tradicionalmente, compõem o campo e integram os currículos de formação acadêmica sobre geografia urbana.

ENG 2008	ENG 2010	ENG 2012
Rede Urbana (22)	Configuração da Rede Urbana (22)	Configurações da Rede Urbana (21)
Cidades Médias (24)	Cidades Médias: novas centralidades regionais (19)	Cidades Médias: novas centralidades regionais (24)
Cidades Pequenas e Médias (24)	Cidades Pequenas e Médias: papel na rede urbana (20) Urbanização fora das metrópoles (24)	Cidades Pequenas e Médias: papel na rede urbana (25) Urbanização Fora das Metrópoles (23)
Relação Cidade-Campo (25)	Relações Cidade-Campo, Rural-Urbano (20)	

Os estudos sobre rede urbana estão presentes, em quantidade significativa, nos três ENGs considerados. Eles abrangem discussões teóricas (sobre rede urbana, centralidades e hierarquias urbanas etc.), mas, principalmente, estudos empíricos sobre redes e relações entre cidades. Sobressaem trabalhos sobre redes urbanas, na região amazônica, junto a outros sobre a região centro-oeste, o que indica uma maior preocupação com processos recentes de constituição de redes urbanas, associados também à expansão da agricultura capitalista modernizada e a projetos de colonização. É neste mesmo caminho que alguns trabalhos abordam redes urbanas articuladas por eixos rodoviários (marcas do projeto de integração nacional baseado no padrão rodoviário, e fundamentais nas estratégias da “marcha para o Oeste” e da “conquista” (ou “reconquista”) da Amazônia, nos últimos cinquenta anos). Outro tema recorrente é a influência do setor terciário (serviços (de educação, de saúde etc.) e comércio) na constituição de hierarquias e redes urbanas.

Trabalhos abordando hierarquias urbanas a partir do terciário, centralidades regionais e polaridades também são bastante presentes nos subeixos dedicados às cidades médias e cidades pequenas. Isto provocou, a partir do ENG 2010, a renomeação do eixo Cidades Médias, agregando ao seu título Novas Centralidades Regionais, o que indica a predominância de tais temáticas no subeixo. Juntamente com os eixos que discutem cidades pequenas, também

aparecem, em bom número, trabalhos de caráter teórico (debatendo a formação e a própria definição do que seja “cidade média” ou “cidade pequena”, a morfologia, a funcionalidade) e mesmo metodológico (sobre formas de se estudar cidades médias e pequenas), além de processos de urbanização, a constituição de processos de segregação nestes portes de cidade, o papel de indústrias ou mesmo atividades de mineração e turismo, entre outras. Aparece também a preocupação com a formação de sistemas regionais de cidades pequenas, ligações de caráter econômico e deslocamentos populacionais de diferentes temporalidades (sazonais e pendulares). Tais temas também aparecem nos subeixos Urbanização Fora das Metrôpoles, em que núcleos urbanos pequenos e médios são problematizados. Constrói-se, assim, uma agenda de pesquisas sobre espaços urbanos fora das metrôpoles, hegemônicas na atual configuração do território brasileiro.

Por fim, o eixo Relação Cidade-Campo, a cujo título, no ENG 2010, foi acrescido Rural-Urbano, trata de um espectro temático também enviado para o eixo Campo-Rural, mas cujos autores preferiram dialogar com o eixo Cidade-Urbano. Traz como principais temáticas a urbanização de regiões predominantemente agrárias (fenômeno associado à expansão da agricultura modernizada, caracterizada por altos volumes de capital e densidade técnica do território) e práticas agrícolas urbanas (e periurbanas). Estes temas se articulam aos de trabalhos que problematizam rural e urbano como base para construção de identidades e a outros que diretamente questionam esta divisão como princípio de compreensão espacial de realidades, ou seja, que interrogam a separação entre rural e urbano em realidades concretas que trazem elementos de ambos.

B) Temas fora da geografia urbana

Conforme já apontado, o eixo Cidade-Urbano dos ENGs é caracterizado pelo recebimento de trabalhos de todos os campos da geografia humana, com exceção da geografia agrária. Acaba, então, abrigo diversos campos desta disciplina, tanto os campos tradicionais quanto os campos emergentes. Campos novos, definidos pelo método (ou pela abordagem), pelo objeto ou pela matriz teórica, têm ganhado força, na geografia brasileira, a partir dos jogos e disputas que se estabelecem na “comunidade epistêmica”. Isto, evidentemente, além de decorrer das relações de poder inerentes a esta comunidade, também está vinculado às relações de poder configuradas na

sociedade, constituindo regimes de enunciação (e de invisibilização) capazes de permitir, privilegiar, dificultar ou mesmo impedir a transformação de fatos, processos, fenômenos (ou leituras destes) em problemáticas e questões de pesquisa legitimadas pelos atores em diálogo no campo.

Este bloco, portanto, reúne um conjunto de trabalhos organizados em subeixos cujo agrupamento não advém do fato de eles apresentarem uma articulação entre as suas várias manifestações, mas por constituírem uma diversidade que não se enquadra nos blocos anteriores – a “geografia urbana” *strictu sensu* –, ainda que muitos dialoguem diretamente com ela. Mesmo dentro de cada um de seus variados temas, não se apresentam homogêneos quanto a abordagens teórico-metodológicas. Podem ser agrupados nos seguintes campos, indicados no quadro a seguir:

CAMPO	ENG 2008	ENG 2010	ENG 2012
INDÚSTRIA	Relações de Trabalho (22)	Relações de Trabalho (23)	Relações de Trabalho (17)
	Dinâmica Industrial (25)	Impactos da Atividade Industrial no Espaço Geográfico (15)	Impactos das Atividades Industriais (24)
	Geografia da Indústria (25)	Industrialização e Espaço Geográfico A (18)	Industrialização (21)
	Geografia do Comércio (26)	Setor Terciário: formação e desenvolvimento (20)	Setor Terciário: formação e desenvolvimento (15)
		Terciário, Circuitos Inferiores, Marginalização e Subemprego (22)	Terciário, Circuitos Inferiores, Marginalização e Subemprego (23)
	Arranjos Produtivos Locais (25)	Industrialização e Espaço Geográfico B (17)	
		Reestruturação Industrial (19)	
TRANSPORTES	Transportes Urbanos (20)	Transporte e Estruturação do Espaço Urbano (24)	Transporte e Estruturação do Espaço Urbano (23)
	Transportes, Logística e Desenvolvimento Regional (24)	Política de Transportes, Logística e Território (24)	Política de Transportes, Logística e Território (21)
GEOGRAFIA ECONÔMICA		Reorganização do Espaço, Organização Financeira e a Questão Territorial (21)	Reorganização do Espaço, Organização Financeira e a Questão Territorial (15)
		Grandes Projetos de Investimento: impactos e organização espacial (20)	Grandes Projetos de Investimento: impactos e organização espacial (19)
		Integração Competitiva, Planejamento Regional e Valorização Seletiva do Território (20)	Integração Competitiva, Planejamento Regional e Valorização Seletiva do Território (16)

CAMPO	ENG 2008	ENG 2010	ENG 2012
GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA	Geografia Política (18)		Geografia Política, Geopolítica e Dinâmica de Fronteira (26)
MIGRAÇÕES	Migrações e Dinâmica Populacional (26)	Migrações Internacionais (16) Migrações Internas (20)	Migrações (24) Movimentos Pendulares e Mercado de Trabalho (15)
TURISMO	Geografia do Turismo no Interior (25) Geografia do Turismo Urbano e Litorâneo (25)		Geografia do Turismo (25)
GEOGRAFIA CULTURAL	Geografia Cultural (25) Espaço e Lugar (27)	Cultura e Apropriação do Espaço (17) Geografia e Manifestações Culturais – cinema, literatura e música (19) Espaço e Lugar (23) Geografia e Religião (17)	Geografia Cultural (22) Cultura e Apropriação do Espaço (24)
GEOGRAFIA DA PAISAGEM	Paisagens Urbanas (25)	Percepção e Paisagem Urbana (24)	Percepção e Paisagem Urbana A (19) Percepção e Paisagem Urbana B (18)
GEOGRAFIA HISTÓRICA		Geografia Histórica (25)	Geografia Histórica A (18) Geografia Histórica B (15)
GEOGRAFIA DA SAÚDE	Geografia da Saúde (21) Geografia Urbana e da Saúde (19)	Geografia da Saúde (20)	Geografia da Saúde (23)
GEOTECNOLOGIAS	Mídia (21)	Geotecnologias e Planejamento (21) Democratização das Tecnologias de Informação e Representação Espacial (16) Métodos Quantitativos, Geotecnologias e Análise Espacial (23)	Geotecnologias e Planejamento (19) Democratização das Tecnologias de Informação e Representação Espacial (17) Métodos Quantitativos, Geotecnologias e Análise Espacial (22)
MOVIMENTOS SOCIAIS	Movimentos Sociais e Novas Territorialidades (21) Movimentos Sociais Urbanos (21)	Ativismos e Movimentos Sociais na/da cidade (23) Sociedade Civil (19)	Ativismos e Movimentos Sociais (23)

Os primeiros campos do quadro acima (Indústria e Transportes), presentes em todos os ENGs com significativo número de trabalhos, mostram, na verdade, o peso da geografia econômica (terceiro campo no quadro), no cenário da geografia brasileira – e não são os únicos, poderíamos dizer que a geografia do turismo também integra este quadro. Com efeito, sendo o Brasil um país que deu um dos maiores saltos econômicos no último século, a partir de um projeto denominado “industrialização por substituição de importações” – salto que vem sendo potencializado, neste início de século XXI, pelo projeto de “integração competitiva à globalização” (Araújo, 2000) –, as transformações territoriais destas emergências sobre uma herança colonial agrarista-exportadora marcam profundamente as preocupações da geografia brasileira. Assim, mudanças nas configurações territoriais impulsionadas pelas dinâmicas econômicas compõem temário nuclear de boa parte da geografia brasileira, e isto apareceu na produção da geografia urbana que analisamos acima, assim como aparece na geografia agrária e também neste conjunto de trabalhos enviados para o eixo Cidade-Urbano, mas que não são de geografia urbana *strictu sensu*. Indústria e transporte são dois temas tradicionais da geografia que refletem a força dessas preocupações.

No campo da geografia da indústria, um grande leque de temas é enfocado, a partir de diversos referenciais. Entre suas abordagens, destacam-se os estudos de caso (focados em empresas, empreendimentos, cadeias produtivas ou em localidades), as influências da economia política marxista (com forte olhar para as relações entre capital e trabalho, estratégias territoriais de produção de mais-valia e acumulação) e das teorias marshallianas sobre distritos industriais (com destaque para economias de complementaridade e aglomeração).

Grande parte dos estudos de caso analisa impactos territoriais de empreendimentos industriais, mostrando como o território (ou os territórios, em diferentes escalas) vem sendo organizado pela e para a indústria – evidenciando não apenas a forte mobilização produtiva do território, mas a criação de territórios de indústrias, como dimensão da chamada “acumulação por espoliação” (Harvey, 2004), baseada na hiperexploração de recursos da natureza e da força de trabalho. Desta base comum da hiperexploração do trabalho e suas estratégias de espoliação é que agregamos a estes também os subeixos dedicados ao setor terciário (“Setor Terciário: formação e desenvolvimento” e “Terciário, Circuitos Inferiores, Marginalização e Subemprego”). Merece menção o

significativo tratamento dado a indústrias vinculadas ao setor primário (alimentícias, pesca, extração de madeira, entre outras), evidenciando o peso do beneficiamento de produtos primários (sobretudo, da agroindústria) na instauração de dinâmicas industriais no território. Portanto, impactos sociais, econômicos, técnicos e mesmo ambientais são tratados, neste conjunto de estudos. Mas, além dos estudos de caso, há também um significativo número de análises sobre a estruturação do território a partir da industrialização, com preocupações sobre concentração espacial da indústria (em escala nacional, mas também na regional), a desconcentração em período recente, arranjos produtivos locais e outras estratégias do capital dentro do processo de reestruturação produtiva desde as últimas décadas do século XX.

Cabe destacar, dentro da constante presença de estudos sobre relações de trabalho, além dos debates sobre as formas vinculadas à flexibilização e precarização destas relações (e sobre resistências dos trabalhadores a elas), um importante e crescente número de estudos sobre a condição feminina no mercado de trabalho, o que evidencia o início de uma porosidade aos debates de gênero no campo, ainda que vinculados às questões de classe. Vale também como destaque o registro de que este subeixo extrapola a dimensão da indústria, trazendo também importantes contribuições sobre atividades terciárias e primárias. Evidencia-se, neste subeixo, uma forte hegemonia e abordagens críticas e comprometidas com os grupos subalternizados.

No conjunto de trabalhos aglutinados pela temática dos transportes, também predominam as abordagens críticas e socialmente comprometidas com perspectivas transformadoras da realidade. No tocante ao transporte urbano, do ENG de 2008 ao de 2012, vemos a predominância dos trabalhos sobre o sistema de transporte público (sobretudo dos ônibus) dividir espaços com outros sobre as tensões entre sistema oficial e sistemas informais de transporte, e também com aqueles sobre os temas da acessibilidade e mobilidade urbana, abordagens mais afinadas com as recentes eclosões de ativismos sociais por meio de manifestações (nos anos de 2013 e 2014). Entretanto, no conjunto de subeixos em que a problemática dos transportes é encarada em sua dimensão regional (o que aqui, para nós, engloba o que poderíamos chamar de regional-regional, regional-nacional⁹ e regional-internacional/continental) é que aparecem, quase em igual proporção, os estudos de caso e trabalhos voltados a reflexões mais globais sobre

⁹ Aproveitamo-nos da classificação proposta no clássico livro de Antônio Barros de Castro (7 *ensaios sobre a economia brasileira* (1971)).

o papel dos transportes nos projetos hegemônicos de desenvolvimento. Desta maneira, temos um significativo conjunto de estudos de caso sobre portos, rodovias, ferrovias, hidrovias etc., enfocando, principalmente, as transformações recentes de projetos de modernização técnico-material destas infraestruturas, e muitos enfatizando seus impactos territoriais (econômicos, sociais, ambientais). Mas chama a atenção a quantidade de trabalhos debatendo, nas diferentes escalas indicadas, o câmbio lógico que vem sendo processado no papel das infraestruturas de transporte no projeto hegemônico para o território, com a incorporação do conceito de logística como mobilizador de dinâmicas produtivas associadas a fluxos e cadeias produtivas globais. A modernização dos transportes aí, então, é debatida em suas diferentes dimensões: além da técnico-material, a gerencial (com trabalhos discutindo privatizações, operação de sistemas, concessões etc.) e a organizacional (sobre a lógica de articulação entre modais rodoviário, ferroviário, hidroviário, aéreo, sistema portuário, e suas relações com o território). O recurso ao conceito de “sistemas de movimento”, de Milton Santos (ver Contel, 2001), também aparece, com frequência, nestas leituras sobre transporte e logística em seu papel na reestruturação do território.

Este quadro presente nos subeixos sobre transportes reaparece naquele que reunimos como geografia econômica, em que se compôs um conjunto relacionado a empreendimentos e projetos alavancados no âmbito do que vem sendo chamado de “projeto de integração competitiva”, forma de inserção econômica do Brasil na ordem global atual. Estes trabalhos problematizam impactos territoriais de Grandes Projetos de Investimento (Vainer e Araújo, 1992), empreendimentos de grande porte caracterizados pelo volume envolvido de capital, força de trabalho e impactos territoriais. São empreendimentos em áreas como mineração, siderurgia e energia, entre outras, que agora vão ajudar a compor uma nova geografia econômica nacional, num quadro de integração sul-americana liderada por um modelo exportador – em alguns trabalhos, chamado de “reprimarização” – caracterizado pelo uso intensivo da natureza (transformada em recursos hídricos, minerais, vegetais etc.) e da força de trabalho. Outra faceta explorada, neste novo cenário econômico, é a internacionalização de empresas brasileiras, em diálogo com leituras de novas configurações do sistema bancário e do setor de telecomunicações (circulação de informações e de capitais). O papel do capital financeiro também aparece numa importante gama de trabalhos. Predominam, mais uma vez, as leituras críticas destas transformações, em consonância com o que vêm afirmando lutas sociais,

que também aparecem como objeto de problematização, em alguns trabalhos.

Os subeixos que agrupamos no campo Geografia Política e Geopolítica trazem um conjunto bastante variado de temas. Aparecem, neles, alguns trabalhos sobre realidades econômicas, sociais e políticas de outros países (ainda pouco numerosos, neste panorama de trabalhos apresentados em ENGs). Isto indica uma hipervalorização de realidades autóctones que careceria de uma investigação mais abrangente sobre por que a produção geográfica brasileira se limita ao Brasil, pouco extrapolando suas fronteiras. Os recentes processos de integração econômica junto a países da América do Sul complementam tais trabalhos. Também estão presentes trabalhos sobre geografias eleitorais, com estudos de caso sobre eleições municipais e estaduais. Mas os dois temas mais frequentes, nestes subeixos, são pacto federativo e fronteiras, que aparecem sob diferentes nuances. O pacto federativo é problematizado por meio de debates sobre propostas de divisão de estados, de relações tributárias e fiscais entre os entes da federação e a União (divisão e transferências de recursos) e, ainda, sobre a problemática das escalas de poder. Já a fronteira, tema mais numeroso entre os trabalhos, é multifacetada em abordagens, de cidades gêmeas a impactos transfronteiriços de grandes empreendimentos (e a ação de movimentos transfronteiriços de contestação) e outras relações de caráter político, social e cultural.

A multiplicidade de sentidos e usos da(s) fronteira(s) aparece também nos subeixos dedicados a migrações. Com efeito, se, no ENG 2010, chegou-se a constituir o subeixo “Migrações Internacionais”, nos outros dois eventos analisados, a mobilidade espacial de trabalhadores transfronteiriços em escalas regional (Amazônia) e local (cidades gêmeas fronteiriças) sempre esteve presente, tanto em abordagens sobre movimentos temporários quanto de migração de retorno. Junta-se a este um significativo número de trabalhos sobre processos de socialização (e de re-territorialização) de migrantes e imigrantes, no presente e no passado. A política de colonização é tema recorrente, ainda que analisada apenas sob o viés do olhar para ou dos imigrantes. Populações substituídas por estes no mercado de trabalho ou expulsas (ocupantes anteriores do território) pouco são abordadas¹⁰. O papel da população migrante e imigrante, na estruturação de cidades grandes e médias, também aparece em destaque. No ENG 2012, ganhou número (e constituiu um subeixo) a temática dos movimentos

¹⁰ Ver, a respeito, o debate sobre “branqueamento do território”, proposto por Santos (2009).

pendulares, sobretudo os associados ao trabalho.

Ainda em forte relação com a geografia econômica – mas, de certa forma, se autonomizando e se constituindo num novo campo na geografia brasileira –, tem-se a geografia do turismo, temática crescente, na última década, devido ao fortalecimento do mercado interno e a reemergência de projetos de cidade baseados nesta atividade. Impactos de atividades ligadas ao turismo, planejamento urbano voltado para o turismo, frações de capital dedicadas ao turismo, padrões de urbanização e reestruturação urbana, além de leituras sobre turismo rural, turismo litorâneo e turismo de eventos, entre outros, são temas emergentes neste campo.

Dentro da própria geografia do turismo, começam a aparecer alguns trabalhos sobre a mobilização turística de patrimônios culturais e de eventos de cunho religioso (e sacralização de espaços) e sobre a atribuição de valorização simbólica a lugares. Tais temas, podemos dizer, são fruto do cruzamento da emergência desta geografia do turismo com a chamada nova geografia cultural. Este campo, um dos que mais se desenvolveram na geografia brasileira, nos últimos anos, aparece, em suas múltiplas nuances e vertentes teóricas, permeado por abordagens críticas e não críticas – já tecemos comentários sobre a pluralização de vertentes (em diálogo com ou como propriamente constituintes) da geografia cultural, quando abordamos trabalhos sobre o espaço urbano. Aqui, aparecem ainda mais trabalhos sobre percepção (criação de imaginários, memória etc.) e paisagem (sua apreensão, imagem e representação, morfologia, bem como dinâmica do espaço), em quantidades crescentes (foram dois subeixos, no ENG 2012). Nos subeixos que aglutinamos como Geografia Cultural *strictu sensu*, três temáticas se sobressaem, dando títulos a agrupamentos: em Cultura e Apropriação do Espaço, predominam trabalhos sobre manifestações culturais com forte sentido de disputa por territorialidades (no urbano e no rural), como o hip-hop, o funk, o samba, a vaquejada, o bumba-meu-boi, o reggae, entre outros; em Geografia e Religião, manifestações religiosas como forma de significação e apropriação (material e simbólica) de espaços, bem como as disputas em que isto se engendra, são o que predomina (e as diversas matrizes religiosas, desde o catolicismo até a umbanda, candomblé, neopetencostalismo, mórmons etc.); em Geografia e Manifestações Culturais: cinema, literatura e música, aparecem geografias imaginadas em peças e artefatos culturais, que constituem leituras artísticas da realidade que disputam (como representações) a própria produção e

reprodução da realidade. Vale ressaltar, em praticamente todos os subeixos aglutinados como Geografia Cultural, a existência de trabalhos voltados a reflexões teóricas (não tão comuns em outros campos), coexistindo junto a estudos de caso.

Podemos afirmar que o diálogo com a nova geografia cultural também responde por parte da emergência de um campo que aqui denominamos Geografia Histórica. Com efeito, a formação de patrimônios arquitetônicos e culturais, bem como a sua valorização recente, está presente em parte dos trabalhos destes subeixos. Entretanto, sobressai a perspectiva do processo de produção social do espaço, vinculando passado e presente em tentativas de valorização da história urbana (e, em alguns trabalhos, da rural) para a compreensão da configuração do espaço atual. Neste campo, também aparecem trabalhos com preocupação teórica e até mesmo voltados à discussão metodológica (ainda menos comum, na quase totalidade dos subeixos).

Dois campos que apareceram com força, nestes ENGs, agrupados como Geografia da Saúde e Geotecnologias, nos fazem retornar ao que, na geografia urbana *strictu sensu*, apontamos como a emergência de uma “geografia urbana aplicada”. Com efeito, estes dois campos, emergentes nos últimos anos, na geografia brasileira, guardam relação direta com saberes práticos e instrumentais, e são voltados, em grande medida, para a formulação e execução de políticas públicas. A valorização analítica do espaço como dimensão constituinte de fenômenos e processos sociais (Soja, 1989) vem provocando uma aproximação de diversos campos de atuação do Estado com os raciocínios espaciais. É nesta esteira que emerge, na comunidade geográfica brasileira, a geografia da saúde, com um conjunto de trabalhos principalmente sobre padrões espaciais de disseminação de doenças e relação entre condições ambientais e saúde (incluindo críticas a padrões de urbanização, segregação, moradia etc.), temas mais recorrentes nos eventos. Também aparecem trabalhos sobre políticas públicas e serviços de saúde, inclusive com debates sobre descentralização (o que remete ao pacto federativo), e, em menor quantidade, sobre medicinas (tornadas alternativas (referentes a plantas medicinais etc.).

Nos próprios subeixos ligados à geografia da saúde, assim como em diversos outros, aparecem trabalhos sobre o que vem sendo chamado de “geotecnologias” – na verdade, um conjunto de instrumentos tecnológicos derivados, sobretudo, da convergência entre cartografia e constituição de bases

de dados e informações computadorizadas. Estes instrumentos, ao permitirem a análise combinada e espacializada de dados e informações de natureza quantitativa e qualitativa, e diante da cada vez maior capacidade de armazenamento e processamento propiciada pela informática, vem permitindo uma capilarização da análise espacial em diversos campos de intervenção. Já apontamos aqui que, menos do que fruto do desenvolvimento tecnológico em si, esta capilarização decorre da crescente valorização do espaço na teoria e nas narrativas sociais contemporâneas, como dado fundamental à compreensão e intervenção em processos, fatos e fenômenos sociais. É isto que desperta interesse crescente, e, a partir dele, o investimento de recursos para o desenvolvimento dos artefatos tecnológicos. A tendência a se confundir o instrumento técnico com a própria geografia¹¹, bem como a valorização crescente de profissionais que operam e desenvolvem tais instrumentos e seus usos, garante interesse cada vez maior na comunidade geográfica sobre as geotecnologias. É neste sentido que, a exemplo do que ocorre nos eixos de Campo-Rural e Natureza-Meio Ambiente, no eixo Cidade-Urbano aparece um número ascendente de trabalhos que foram agrupados em subeixos como Geotecnologias e Planejamento e Métodos Quantitativos, Geotecnologias e Análise Espacial. Interessante a tendência, na grande maioria dos trabalhos, de haver um foco maior no uso (e potencialidade) do instrumento do que na dinâmica espacial envolvida no ato investigativo/demonstrativo. Por outro lado, preocupações críticas em relação às novas tecnologias aparecem em subeixos intitulados Democratização das Tecnologias de Informação e Representação Espacial, em que aparecem trabalhos sobre políticas de acesso às tecnologias e também sobre ativismos sociais e tecnológicos¹², bem como no subeixo denominado Mídia, no ENG 2008, em que tais preocupações se juntaram a um conjunto de análises críticas sobre as dimensões territoriais de redes de poder iminentes aos conglomerados empresariais do campo da comunicação, no Brasil.

Os ativismos sociais (como contraponto às forças hegemônicas em dinâmicas territoriais) aparecem no campo Movimentos Sociais – estes tomados, muitas vezes, como objeto de análise, mas, em outras tantas, como praticamente o lócus epistêmico de enunciação a partir do qual trabalhos buscam leituras espaciais de problemáticas sociais. O crescimento destes trabalhos evidencia uma produção comprometida com perspectivas críticas e voltadas à transformação

¹¹ Ver, a respeito deste debate, Castro (1999).

¹² Ver, sobre ativismos no campo cartográfico, Santos (2011).

social, ainda que se observem abordagens que buscam desestabilizar conceitos hegemônicos no âmbito do próprio pensamento crítico. Há aí, com certeza, uma forte crítica à ausência de sujeitos nas geografias críticas hegemonicamente estabelecidas e a busca da (re)construção de uma geografia da ação centrada nas experiências dos que lutam.

Apesar de esses trabalhos não se resumirem ao interno das cidades e nem naquilo que poderíamos compreender como se situando na escala mais abrangente da rede urbana (pois, muitas vezes, se realizam dentro de cada cidade e, ao mesmo tempo, articulam rural e urbano de formas variadas), a existência também de grande quantidade de trabalhos similares no eixo Campo-Rural nos indica não apenas a urgência de teorizações espaciais que articulem lugar e rede, mas de rompimento com cânones tradicionais de leitura e classificação espacial (como as divisões campo-cidade e rural-urbano em si). Predominam trabalhos sobre movimentos urbanos (decorrentes do próprio padrão de urbanização capitalista) e movimentos “no” urbano (mais ligados a dinâmicas do trabalho, da cultura, entre outras dimensões que atravessam o urbano como também os espaços não-urbanos). Movimentos de associações de moradores (bastante presentes como preocupação de geógrafos brasileiros, na década de 1980), movimentos de luta por moradia e por equipamentos urbanos, por educação (cursos pré-vestibulares populares), saúde e transporte, entre outros, mostram novamente a presença forte da influência da economia política urbana e da sociologia urbana crítica da década de 1970, com autores como Manuel Castells e Jean Lojkine (e seu debate acerca dos bens de consumo coletivo como expressão da luta entre capital e trabalho se espacializando na cidade). Novas nuances aparecem em trabalhos sobre lutas de trabalhadores que disputam o espaço urbano, como catadores, vendedores ambulantes, pescadores, prostitutas, entre outros. Cabe também destacar a presença de trabalhos sobre grupos étnicos e culturais que também disputam o espaço na constituição de suas territorialidades, como quilombolas, indígenas e mulheres.

Algumas notas para não concluir

O quadro que esboçamos, acima, com um grau de detalhamento em cada temática, na medida dos limites de um artigo (sem a pretensão de esgotamento das leituras possíveis de um universo tão diversificado e tão amplo, que totaliza 3057 propostas de trabalhos), nos coloca a tentação (e, evidentemente, nos submete aos riscos) de esboçarmos algumas análises.

Propomos aqui algumas notas.

Mais uma vez, é importante ressaltar os limites deste quadro, que opera com um recorte (um encontro da geografia brasileira), com peculiaridades em relação ao campo. A existência de um evento específico nacional dedicado à geografia urbana, e de outros mais específicos, ligados aos diferentes campos que mostramos aqui, bem como a existência de eixos ligados a estes campos em outros eventos (como o Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), que atrai os programas de pós-graduação), somadas às peculiaridades dos ENGs, em termos de perfil de participantes (grande número, predominante participação de estudantes (de graduação e de pós-graduação), entre outras), nos ressaltam a limitação de nosso quadro como visão deste campo na geografia brasileira. Entretanto, a característica de trazer pesquisadores em diferentes estágios (em formação, iniciantes, experientes, consolidados etc.) e de não realizar exclusão de propostas de trabalho enviadas conferem ao conjunto dos trabalhos dos eventos da AGB um caráter de amostra daquilo que é o “chão” da produção da geografia brasileira, aquilo que se processa no cotidiano dos espaços de formação. É sobre este universo que nossa amostra fala. E as notas que se seguem buscam pistas sobre ele, mais do que a pretensão de esgotamento do campo.

A primeira nota de destaque é a predominância de estudos de caso – e, mais ainda, em escala local. A valorização da empiria (ou, melhor dizendo, da realidade com a qual o pesquisador tem contato direto), se, por um lado, nos indica ainda uma forte influência da geografia regional francesa na geografia brasileira, por outro, nos obriga a observar que esta herança da presença francesa na formação do sistema acadêmico de departamentos de geografia, no Brasil, convive com novas tendências e matizes teóricos e metodológicos no campo. O velho se simbiotiza com o novo, que redefine as antigas influências. É desta forma que os estudos de caso são renovados por demarcações teóricas do marxismo da geografia crítica, da fenomenologia ou dos estudos culturais – sendo (ou buscando ser), em grande parte das vezes, comprovações empíricas destas teorias.

Os trabalhos que buscam problematizar as teorias são pouco numerosos, e são mais presentes no campo Geografia Cultural. Isto pode ser creditado às peculiaridades do campo ou à sua condição de tensionamento constante diante da hegemonia da geografia crítica, o que reforça sua

necessidade de constante legitimação e, com isto, provoca uma maior preocupação com a afirmação da teoria. São hipóteses, que nos levam menos a pensar na presença de trabalhos discutindo teoria nesta vertente, e muito mais a interrogar a falta deles nos subeixos hegemônicos por outros matizes teóricos. É esta ausência que deve ser objeto de interrogação, pois nos indica não uma falta de necessidade, mas, sim, uma hegemonia que parece eximir a necessidade de tensionamento à teoria.

Por outro lado, os questionamentos a limites das abordagens influenciadas pelo marxismo da geografia crítica aparecem (1) na forma da valorização de sujeitos “concretos” (ou empiricamente delimitados) em detrimento das estruturas (cuja supremacia analítica eclipsava os primeiros, nas vertentes de maior influência sobre o campo); (2) na diversificação de clivagens e antagonismos sociais relevantes em abordagens críticas sobre questões como racismo e sexismo, entre outros, para além da luta de classes; e (3) numa decorrente simbiotização de abordagens críticas com culturais. Esta simbiotização nos remete a dois aspectos. Primeiro, sobre a relação das abordagens variantes com as abordagens predominantes, que aparece, ao mesmo tempo, sendo de complementaridade e de disputa, no sentido de buscar estabelecer espaços maiores para alternativas de abordagens. Difícil falar de antagonismo entre abordagens, no sentido de que haveria uma busca pela substituição da atual (ainda?) hegemonia da geografia crítica pelo pluralismo – na verdade, difícil é mapear a multiplicidade de respostas das abordagens variantes para estas questões. O segundo aspecto é a constatação de que o caráter crítico (dos trabalhos e dos pesquisadores), comprometido com a transformação social e com atores sociais em luta, permanece e se pluraliza, demonstrando também um alargamento do espectro político que influencia na constituição de regimes de enunciação, no campo epistêmico da geografia brasileira.

É neste mesmo sentido que se deve pensar a fluidez das fronteiras e recortes de classificação espacial na especificidade do subeixo e demais trabalhos relacionados a movimentos sociais. Estes não se resumem ao interno das cidades e não compreendem fenômenos e processos situados apenas na escala mais abrangente da rede urbana, pois se realizam dentro de cada cidade e, ao mesmo tempo, articulam rural e urbano de formas variadas. A abordagem dos movimentos sociais nas cidades pode ser tanto a que desestabiliza conceitos hegemônicos, no âmbito do pensamento crítico, quanto a que necessita desta

mesma teorização crítica para articular o lugar e a rede como espacialidades de conflitos e tensões sociais.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. “Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva.” In: CASTRO, I. E. et al. (orgs.). *Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 73-89, 2000.

CASTRO, Antônio Barros de. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1971.

CASTRO, Murilo Cardoso de. *SIG – Sistema de Informação Geográfico ou SIG – sintetizador de ilusões geográficas: desconstruindo uma formação discursiva*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (tese de doutoramento em geografia), 1999.

CLAVAL, Paul. “O território na transição da pós-modernidade.” In: *GEOgraphia*, nº 2, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói: UFF/EGG, 1999. Disponível em <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/16/14>

CONTEL, Fábio Betioli. “Os sistemas de movimento do território brasileiro”. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1989.

COSTA, Everaldo Batista. *Geografia urbana aplicada: possibilidades, utopias e metodologia*. Trabalho apresentado no XII SIMPURB (Simpósio Nacional de Geografia Urbana), Belo Horizonte, 2011.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

LENCIONI, Sandra. *Observações sobre os conceitos de cidade e urbano*. São Paulo: Geosp (USP), v. 24, p. 109-123, 2008.

LOJKINE, Jean. “O papel do Estado na urbanização capitalista”. In: FORTI, Reginaldo. *Marxismo e urbanismo capitalista*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. *Introdução aos estudos culturais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ROLNIK Raquel. *O que é cidade*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 87p. (Coleção Primeiros passos; 203).

SANTOS, Renato Emerson dos (org.). *Questões urbanas e racismo*. Rio de Janeiro: DP et alii / Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2011.

SANTOS, Renato Emerson dos. “Cartografias e lutas sociais: notas sobre uma relação que se fortalece”. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. (orgs.). *Cartografias da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SANTOS, Renato Emerson dos. *Rediscutindo o ensino de geografia: temas da Lei 10.639*.

TERRA LIVRE, ano 30, v. 2, n. 42, 2014.

Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

VAINER, C. B. "Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento urbano." In: *Mundo Urbano* – publicação digital especializada em investigação urbana, v. 14, 2001.

VAINER, C. B; ARAÚJO, Frederico. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.